

A síndrome de Brasília

Síndrome: conjunto de sintomas ligados a uma entidade mórbida e que constitui o quadro geral de uma doença. Dicionário Aurélio

JOÃO PAULO DE ALMEIDA
MAGALHÃES

A primeira vista, a transferência da capital do país para o Planalto Central era uma solução. Ela parecia impor-se diante das condições da formação espacial do Brasil. Nos Estados Unidos, a ocupação do território se fez através de uma frente contínua que avançava gradualmente da costa atlântica para o interior, num processo que alguns chamaram de fronteira móvel. A colonização ibérica, diferentemente, tomou a forma de rápida penetração para o interior, apoiada em pontos largamente separados da costa. Entre as diferentes zonas de colonização, surgiam grandes espaços vazios.

Em nosso país, o reconhecimento desse fato levou alguns analistas a falarem do "arquipélago brasileiro". Mais tecnicamente se deveria considerar a existência de uma América Portuguesa, contrapartida exata da América Espanhola. Nesta, os diferentes países eram separados por barreiras aduaneiras e restrições legais à imigração. No Brasil, as dificuldades de transporte e comunicação, geradas pelos grandes vazios interzonais, tinham, em termos econômicos, exatamente os mesmos resultados. Não é preciso lembrar que os nossos grandes sistemas ferroviários ligavam o interior ao litoral, sem qualquer conexão direta entre eles.

O desencadeamento de um surto industrial, voltado para o mercado interno, exigia conexões diretas entre nossas diferentes "ilhas" ou países. Estas foram proporcionadas pelas rodovias. Surge aí o papel de Brasília. A capital do país deveria, necessariamente, ter acesso direto às diferentes regiões. No Rio de Janeiro, este sempre existiu através da navegação de cabotagem. No caso de Brasília deveria ser criado. Ou seja,

a nova capital, enquanto geradora de uma rede interna de transportes, representou o choque requerido para se completar, rapidamente, a integração econômico-espacial da América Portuguesa.

O problema surgido, e que se revelou extremamente grave, foi de tipo sociológico-administrativo. A melhor forma de explicá-lo é com base no trabalho recente de Edson Nunes ("Modernização, desenvolvimento e serviço público"). Afirma ele que a modernização ocorre quando um sistema de trocas (ou, diríamos, de inter-relacionamento social) deixa de ser generalizado para se tornar específico. O primeiro é altamente pessoal (como as nomeações para o serviço público na base do compadrio) e o segundo é eminentemente impessoal (acesso a cargos públicos por concurso).

Ora, em Brasília uma burocracia fortemente interligada por laços como proximidade de moradias, atividades comuns (recreativas e sociais), falta de alternativas de emprego (gerando mecanismos comuns de defesa), contatos profissionais frequentes (multiplicados pelo rodízio constante dos mesmos nomes em diferentes posições) etc., gerou o que poderíamos interpretar como um sistema de trocas generalizadas. A especificidade de Brasília a esse respeito foi, possivelmente, o que levou alguns analistas a designá-la como a ilha da fantasia.

Esse estado de coisas gera, de um lado, baixa eficiência na gestão da coisa pública e, de outro, clima social e psicológico favorável a acertos do tipo dos que hoje vêm à luz do Legislativo (que aprova verbas) mas que, certamente, não seriam possíveis sem cumplicidade do Executivo (que as libera).

Ou seja, a transferência da capital para o centro do território nacional, defendida por nomes ilustres e inscrita em textos constitucionais, gerou condições sócio-políticas em conflito direto com a necessidade de mo-

dernização do Estado brasileiro.

A solução é difícil porque não se pode inviabilizar um núcleo urbano e uma comunidade social das dimensões de Brasília. O problema não deve, todavia, ser ignorado diante da vital relevância da máquina governamental na urgente reestruturação econômica, social e política do país. O que abaixo se sugere é, portanto, simples especulação a ser criticada e aprofundada.

Das três esferas administrativas, o Legislativo poderia sem grande ônus ser transferido de volta para o Rio de Janeiro. A cúpula do Poder Judiciário, pouco atingido pela síndrome de Brasília, poderia continuar onde está. Quanto ao Executivo, manteria na presente capital as atividades rotineiras, transferindo para o Rio os serviços de nível técnico mais elevado. Estes não exigem grande deslocamento de pessoal e muito ganhariam com a maior facilidade de recrutamento. Os ministros de Estado teriam um duplo gabinete, um em Brasília e outro no Rio.

Esta seria uma proposta esdrúxula não fosse o fato de o Brasil, pelas condições de sua formação histórica, representar uma comunidade nacional especialíssima que exige fórmulas e soluções diferentes das encontradas no resto do mundo. Deve-se, outrossim, levar em conta que a duplicidade de capitais não seria uma situação permanente. Na medida do adensamento populacional do país e do deslocamento da fronteira econômica em direção ao Centro-Oeste, Brasília se tornaria menos distante do centro nevralgico do país, podendo reassumir, gradualmente, a plenitude de suas atuais funções.

Ou seja, o grande erro talvez não tenha sido a criação de Brasília, mas a maneira instantânea e traumática por que se levou adiante a mudança da capital.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor da UFRJ.